

## AS FERRAMENTAS DO SENHOR PROJETAM A CASA-GRANDE

**CARVALHO, Silvia Scoralich de,** [sscarvalho@id.uff.br](mailto:sscarvalho@id.uff.br)

**GUIMARAENS, Dinah Tereza Papi de,** [dinahguimaraens@id.uff.br](mailto:dinahguimaraens@id.uff.br)

*Universidade Federal Fluminense*

### **Resumo**

A assimilação de referências no ensino do projetar tem sido questionada quando se pensa nas questões da contemporaneidade relativas às identidades ou às histórias não contadas. O objetivo deste artigo é a recomendação de se voltar ao patrimônio arquitetônico como referência projetual para compreender como a não localização de sujeitos nos interiores residenciais se torna um problema pela dissonância entre discurso – história – espacialidade. Tal fato será exemplificado através da apropriação do feminismo enquanto método de interpretação histórica e espacial, ao mesmo tempo em que identifica e questiona as ferramentas feministas ocidentais que vêm sendo utilizadas para tais discussões sobre a opressão feminina no lar. Concluindo-se, através da análise de dois exemplares arquitetônicos do século XIX, que não só a ausência de ferramentas críticas, como também os métodos analíticos selecionados ao projetar, podem se apresentar como limitantes justamente por serem ferramentas que reproduzem os interesses do *status quo*. E que as instituições responsáveis pelo patrimônio ainda possuem arquivos ineficientes para consultas críticas.

### **Palavras chave:**

**Patrimônio cultural, teoria feminista da arquitetura, habitação**

## Introdução

"*Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande.* Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio."

AUDRE LORDE

Ao se assumir uma proposta de um patrimônio cultural nacional crítico, que rompa com a hegemonia tradicional da discussão da área, entende-se a decolonialidade e a perspectiva feminista como dois caminhos teóricos intrínsecos. A epígrafe escolhida, da pensadora negra de descendência caribenha Audre Lorde (2019), é entendida como paralelo que suscita essa nova perspectiva teórica para o campo patrimonial arquitetônico a ser discutida neste artigo. Ora, se "[...] as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande [...]" (135), limitando a autenticidade das mudanças, estaríamos sem ferramentas? Estaríamos reféns dos métodos desenvolvidos por aqueles vistos como detentores oficiais do saber?

A perspectiva feminista<sup>43</sup> no patrimônio não se trata de um recorte, mas sim de uma das ferramentas herdadas das ciências sociais, possíveis de serem utilizadas para se compreender os bens patrimoniais. É preciso iniciar um movimento de enxergar tanto a produção dos elementos de valor patrimonial, quanto sua temporalidade, a partir do processo produtivo e da dinâmica social envolvida<sup>44</sup>. É essencial para a práxis profissional no patrimônio, assimilar o feminismo como a antítese da interpretação patrimonial patriarcalista, capaz de auxiliar a seleção de um patrimônio nacional com junção de ideias contraditórias que se apropriem de nova epistemologia.

O estudo apresentado a seguir tenta demonstrar como a perspectiva feminista decolonial poderá ser utilizada para auxiliar na interpretação dos bens patrimoniais arquitetônicos. O recorte selecionado foi a arquitetura residencial unifamiliar no século XIX, espacialidade recorrente na reiteração da família patriarcal, cuja influência se faz presente desde a colonização até as setorizações dos projetos contemporâneos.

A investigação foi feita por se enxergar nos trabalhos recorrentes sobre o patrimônio cultural uma investigação subjetiva que não considera a violência epistêmica implícita na construção de

---

<sup>43</sup> Entenda-se: *feminist standpoint theory*, importante auxiliar de análise nas ciências sociais.

<sup>44</sup> Sobre a obra de arte vista a partir de suas determinações sociais ver: Ferro, Sérgio. *Artes plásticas e trabalho livre: de Dürer a Velázquez*. São Paulo: Editora 34, 2014.

definições do próprio patrimônio e da identidade nacional. Existe uma transposição da experiência de alguns, de suas interpretações, como sendo universais e tendo questões que nem sempre são essenciais para os que fizeram ou fazem parte desse patrimônio cultural protegido por órgãos estatais.

O trabalho a seguir buscará demonstrar o princípio de uma proposta que indica como o patrimônio cultural arquitetônico residencial poderia utilizar de simples esquemas de análise gráfica espacial para reafirmar a despolitização do lar reforçada a partir do período colonial, pontuando questões historiográficas que necessitam de investigações específicas. E como um mero deslocamento da referência do corpo masculino em direção à adição do corpo feminino, ao se falar de projeto, não seria coerente com uma abordagem capaz de compreender os projetos arquitetônicos como reflexos de seu tempo, e nem induz uma nova maneira de se analisar as relações de poderes exercidas pelos valores coloniais assimilados.

### **O Lar No Patrimônio**

Em arquitetura, tem-se a habitação como uma das tipologias que mais se relaciona ao cotidiano das pessoas. Segundo Anete Araújo (2004), com um recorte dos últimos três séculos, é possível enxergar nos espaços privados das habitações as modificações que a sociedade, famílias e indivíduos atravessaram e atravessam. Porém, os profissionais que teoricamente<sup>45</sup> seriam os responsáveis por projetar esse espaço, pouco questionam o programa das residências, “[...] seja na prática projetual ou nas reflexões teóricas e históricas relacionadas ao espaço privado” (11). E as pesquisas acerca do tema, em sua maioria, focam em historiografias que privilegiam “[...] os aspectos formais e estilísticos em detrimento dos espaciais e [...] dificilmente questionam a distribuição e disposição dos cômodos no espaço doméstico, seus usos e o que representa em termos de construção social” (17).

Araújo levantará ainda a questão de que o zoneamento utilizado pelos projetistas e recomendado nas universidades de arquitetura, tem uma forte relação com a habitação burguesa do século XIX. Este zoneamento, denominado tripartite, setoriza a casa em área social, área íntima e área de serviço, uma provável continuidade da setorização recomendada por Jacques-François Blondel, no século XVIII: *appartements de parade*, *appartements de société* e *appartements de*

---

<sup>45</sup> Em teoria, pois, frente a realidade brasileira, os serviços de arquitetos e projetistas ainda se encontram numa esfera não alcançável pela maior parte da população. Reforçando o caráter elitista da profissão e dos espaços priorizados em projetos.

*commodité*<sup>46</sup>. Para Araújo (2004), esta setorização reforça a dualidade de gêneros dentro da ideologia burguesa, sem que os projetistas processem tais relações no interior destas habitações, ao não questionar as relações indesejadas que acabam reforçadas por este espaço projetado. Junto à inserção técnica no século XIX, foram inseridos valores sociais, culturais, políticos, psicológicos e econômicos no modo de vida das sociedades de influência europeia, que ansiava romper com valores prévios. E “Com a entrada da figura de um arquiteto/autor, a repetição do ideal burguês de moradia – com suas zonas social, íntima e de serviço atendendo a propósitos e convenções específicas – vai resultar em um modelo almejando outras classes [...]” (12). Ou seja, o projetista passa a ser aliado na reprodução de um modelo que se consolida ao longo do século XX, e que espacializa a determinação dos locais ocupados por categorias introjetadas no pensamento ocidental: o lugar da mulher e o lugar dos serviços, ambos subalternos ao senhor do lar.

Nota-se que o campo teórico da arquitetura, ao fim do século XX, tem na Teoria Feminista da Arquitetura o suporte para alterar alguns destes paradigmas socioculturais. Busca-se uma teoria crítica feminista que se insira no campo arquitetônico, pois

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidencia é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa. (Araújo 2006, 17)

A teoria feminista também se vê necessária ao representar um ponto de vista não vindo do grupo masculino dominante. Ela possibilita o questionamento da invisibilização significativa das mulheres na atuação profissional em destaque da arquitetura, não apenas para afirmar o reconhecimento das mulheres que foram capazes de desafiar o *status quo* da profissão ou dos tempos passados, mas também enxergar o “discurso sexista, misógino e repressor, que pretende uma arquitetura que concilie livre e ousadamente o homem (e apenas o homem) e o seu ambiente” (Antunes 2016, 70). Bem como a produção acadêmica que, apesar do grande número de mulheres, ainda vislumbra diversas questões perpetuando, talvez inconscientemente, a esfera masculina e branca como universal.

---

<sup>46</sup> Jacques-François Blondel era arquiteto de Luís XV e escreve, em 1752, *Architecture française*. Defendia que para se projetar a casa corretamente, ela deveria possuir três categorias de cômodos: os de cerimônia, os de recepção e os de uso privado dos proprietários.

Infelizmente, o que se tem observado, no entanto, é que a teoria feminista da arquitetura, se apresenta insuficiente na escolha de seu referencial, visto que a maior parte das referências críticas se mantém oriunda de um discurso europeu e norte-americano. Ao desconsiderar os conceitos de gênero e raça desenvolvidos pela colonialidade, a teoria da arquitetura será incapaz de enfrentar a questão do universalismo adotado pela modernidade e falhará ao politizar o espaço residencial. Afinal, o agravamento das hierarquias de raça e gênero são produtos do processo da colonial-modernidade (Segato 2021), e que podem ser observados na produção residencial e na construção do discurso patrimonial de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Herdado da estrutura da pólis grega, a divisão *público x privado*, reforça o binarismo *homem x mulher* com a privatização da esfera doméstica na maior parte das sociedades. Como posto por Segato (2021), quando esta fala das relações comunitárias na América pré-colonial, “[...] a dualidade torna-se binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epitome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada.”. Ao se retirar o espaço doméstico da esfera de interesse público, reforça-se a generalidade que permite algo a se tornar universal. Porém, uma solução de adição da mulher defendida como adição do seu corpo na espacialidade que pretende ocupar, não rompe com o binarismo mente-corpo ocidental. Logo, seria necessário, em arquitetura, realizar a distinção do corpo referência métrica e do corpo coordenada de projeto, a ser discutido adiante. E, em conjunto, realizar uma análise consciente dos locais internos das residências onde o trabalho reprodutivo e produtivo são executados.

Acredita-se que essa análise espacial, que pode ser considerada uma análise gráfica ou diagramática teoricamente fundamentada, com um princípio referencial no século XIX, permite uma localização temporal do momento em que se vê o princípio da construção do conceito de domesticidade que se consolida no projeto ao longo dos séculos XX e XXI. Este conceito de domesticidade, trazido do ocidente europeu, é comumente valorizado nas bibliografias arquitetônicas sobre o lar, sendo afirmado por alguns autores que

Domesticidade, privacidade, conforto, o conceito do lar e da família: estas são, literalmente, as principais conquistas da Era Burguesa. [...]. Foi somente assim que, através da insistência burguesa em privacidade, que a família se torna a unidade mais importante da sociedade. (Lukacs 1970, 624-625)

A afirmação de John Lukacs, em *The Bourgeois Interior*, possui um intuito de enaltecer o que é estabelecido pelo modelo burguês ocidental. Porém, utiliza-se a citação para iniciar o questionamento do conceito de “lar, doce lar” que associa o modo de habitar do modelo tradicional de família burguesa a uma conquista supostamente universal. E ainda, a uma conquista relacionada principalmente à privacidade<sup>47</sup> reforçada por questões de classe, com informações ainda romantizadas sobre as residências históricas e seus ocupantes.

A proteção dos órgãos patrimoniais indica uma seleção de imóveis considerados relevantes frente a história e/ou cultura de determinada região. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas” (IPHAN c.2013). Logo, uma consulta à ditos bens, deveria ser capaz de identificar as “influências colonizadoras” perpetuadas pelo modelo social produzido a partir da colonização.

Os órgãos patrimoniais se tornam reprodutores das hierarquias oriundas do processo da colonial-modernidade, e observa-se uma reprodução da tradição mencionada nas políticas de valoração do patrimônio material e imaterial. Desde a gênese do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), há a priorização da tradição e universalidade, materializadas nas escolhas do barroco e moderno como referências para a construção da identidade nacional (Santos 2018), sendo os valores de tradição e universalidade elementos inerentes aos valores patriarcais. Trazendo à luz a demanda de produzir políticas salvaguardistas não paternalistas e engessadas para aqueles excluídos das esferas de decisão política, que necessitam ser incluídos nas historiografias arquitetônicas e na compreensão especial do espaço construído e habitado.

### **O corpo coordenada**

Ao ingressar no primeiro período do curso de arquitetura e urbanismo, os alunos se deparam com disciplinas que auxiliam na compreensão tridimensional, de forma a apreender o uso de escalas e a relação espaço-cognitiva exigida ao projetar. Estes exercícios consistem desde o desenvolvimento de desenhos de observação, passando pela construção de instalações na escala “real” (escala 1:1), até a utilização do próprio corpo como referência de módulo para a construção de espaços.

---

<sup>47</sup> Seria interessante, no campo arquitetônico, compreender as alterações espaciais a partir de obras como *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès, *CASA: Pequena História de uma Ideia*, de Witold Rybczynski, dentre outros que compreendem o cenário amplo da influência cultural e social no habitar.

A arquitetura, portanto, se coloca como disciplina de aplicação. Conforme Frederico Barreto (1999), a disciplina tenderia mais ao ato de gerar algo a partir de um conhecimento aplicado, sem a caracterização do profissional como um tecnólogo pois, “[...] a arquitetura também requer para si o estatuto de aplicação que critica” (64).

Barreto irá recordar as definições de Mário Krüeger para considerar que o projeto arquitetônico alinhará “métodos/protocolos/modelos/formas, que [o projetista] especificaria de acordo com critérios ainda arbitrários, e baseados em convenções de “sua aplicação” – ou da prática profissional” (66). Tais fatos são relevantes para se compreender que os pressupostos pedagógicos consideram que o intuito da universidade de arquitetura é direcionar os discentes à autonomia na solução dos problemas postos pelo exercício profissional, sem reproduzir dogmas que não exijam de suas habilidades cognitivas.

Entretanto,

Uma lição que pode ser apreendida das histórias da arquitetura desde a Revolução Industrial é a de não termos exercitado uma visão crítica das transformações ocorridas nas tecnologias, nas ciências e nas artes, mas uma versão que fantasia tanto o papel de vanguarda do arquiteto quanto as relações que os demais campos disciplinares têm com a arquitetura. A história da arquitetura e do urbanismo dos dois últimos séculos é extraordinariamente tendenciosa [...]. (Barreto 1999, 88)

É recorrente a repetição, desde a arquitetura clássica grega, do corpo humano como referencial métrico, partindo da generalização do corpo identificado como modelo ao se referir à humano: o corpo masculino.

Muitos pesquisadores em arquitetura, numa visão com maior tendência pós-estruturalista, ao enxergarem o corpo como instrumento de controle social, iniciarão uma jornada para o acréscimo do corpo da mulher como também referente ao projeto e à representação arquitetônica. No presente trabalho, não se pretende questionar a definição do corpo como construção social, mas sim, atentar ao quanto a adição métrica baseada em gênero não atende à demanda pela desconstrução do sujeito universal, nem inclui o que espacialmente seria solucionado com estudos antropométricos regionais específicos. E que ao se pensar em representatividade nas representações, se encaminha a um caminho limitado para mudanças reais.

Não é também uma pretensão, ignorar que os seres humanos possuem uma identidade simbólica. Gerda Lerner (2019) irá definir que “Ao contrário dos animais, seres humanos [...] fazem construções mentais para explicar o significado da própria existência e sua relação com o sobrenatural.

Criando símbolos, linguagens e sistemas de símbolos, o *Homo sapiens* se torna verdadeiramente humano” (245). E a mulher é marginalizada inclusive na construção de tal sistema de símbolos. Porém,

[...] devemos observar, em suma, o modo como a desigualdade entre homens e mulheres foi construída não apenas na linguagem, no pensamento e na filosofia da civilização ocidental, mas também na maneira como o próprio gênero se tornou uma metáfora que define as relações de poder a fim de mistificá-las e torná-las invisíveis. (Lerner 2019, 259)

Logo, questiona-se se a insistência na utilização do corpo não ultrapassa a metáfora para as relações de poder e se torna um fetiche ocidental, cooptado pela pauta identitária de vertente neoliberal. No sentido da insistência do êxito individual e da representatividade que não necessariamente altera as bases opressoras, “A ideologia do êxito pessoal é amplamente usada nas sociedades de classes para desviar a atenção das pessoas da estrutura social e das severas limitações que ela impõe a determinadas classes sociais.” (Saffioti 2013, 436). A cooptação do movimento feminista pelo neoliberalismo, e sua transformação em ferramenta de expansão capitalista no campo da economia, auxiliam na construção de uma bandeira de liberdade e individualismo, reforçando que as mulheres deveriam buscar os benefícios da autonomia individual, e toda uma falácia androcêntrica que transforma pautas feministas em narrativas de empoderamento e, o que Lerner chama de “adição de mulheres”.

Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021) ao debater a invenção das mulheres pelo ocidente, coloca que a sociedade constituída por corpos se baseia numa noção hierárquica criada por determinação biológica. Ela afirma

Uso a palavra “corpo” de duas maneiras: primeiro, como uma metonímia para a biologia e, segundo, para chamar a atenção para a fisicalidade pura que parece estar presente na cultura ocidental. Refiro-me tanto ao corpo físico como às metáforas do corpo.

Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas. (Oyèwùmí 2021)

Conforme a autora, “[...] uma vez que o corpo é o alicerce sobre o qual a ordem social é fundada, o corpo está sempre em vista e à vista. Como tal, invoca um olhar, um olhar de diferença, um olhar de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado”.

Dentre muitas das contribuições de Oyèwùmí, temos a relação contraditória da percepção das mulheres como corporificadas e dos homens como os pensadores – “mentes caminhantes”. Questiona-se, no presente artigo, a manutenção da crítica espacial como mantida unicamente

no binarismo visível/invisível, público/privado, masculino/feminine, colocados em relação ao poder, visto que

[...] as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. (Oyěwùmí 2021)

Retomando a questão arquitetônica, adicionar o corpo no projetar, não responde questões históricas que geraram projetos excludentes, tanto em questão de gênero quanto em questão racial e social. E não corresponde aos elementos utilizados na assimilação analítica do projetar, principalmente por não se ensinar uma análise de referências com um "olhar generificado". Ao projetar, são considerados elementos físicos, fundiários e geográficos, denominados por Barreto (2013, 13) como *coordenadas*. Para o autor, o projeto deve levar em consideração coordenadas além das físicas, conforme o programa estipulado. Afinal

[...] todo edifício nasce em um contexto de múltiplas dimensões, jamais está *isolado*, mas sempre em reação com todos outros aspectos da vida humana e urbana. Os graus e posições relativas podem ser expressos em *coordenadas*, que formam verdadeiros *mapas* dos diferentes significados, impactos, formas, padrões de atuação dessas novas entidades criadas por meio do projeto [...]. (Barreto 2013, 14)

Sugere-se então, a criação de uma nova coordenada (ainda não nomeada) centrada em grupos subjugados e generificada, para análise de projetos definidos como patrimônio cultural. O pressuposto inicial, considerando o programa de uma residência, é a compreensão de que, a princípio, o corpo não constitui uma coordenada homogênea capaz de ser inserida no ato projetual. Mas sim, um elemento a ser contextualizado para que se possa identificar sua presença quando não se está referindo ao corpo do sujeito dominante no espaço projetado e vivenciado. Ampliando assim, os sujeitos contemplados com o projeto e permitindo uma análise dos espaços já construídos, retomando o protagonismo do patrimônio cultural para uma reescrita da história, da historiografia e do currículo arquitetônico.

### **O espaço segregador do lar**

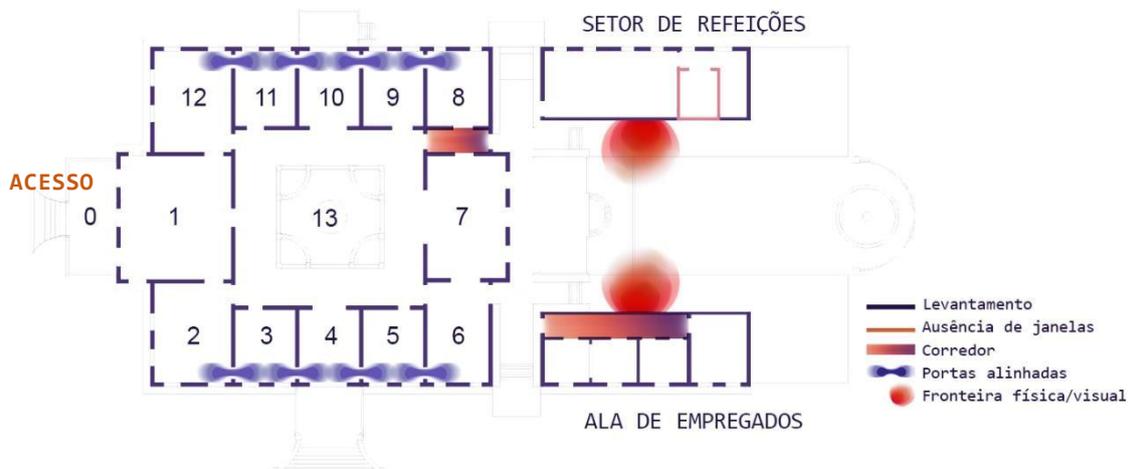
Na arquitetura brasileira, até o século XVIII, a organização espacial das casas ainda herdava do medievo e períodos imediatamente posteriores, os cômodos com pouca definição e funções sobrepostas. Caracterizando cômodos interligados, que se comunicavam por portas e levantam

uma série de questões acerca da privacidade (reduzida) e da reclusão feminina. As mudanças advindas do modelo europeu, que valorizava a privacidade, pouco transparecerão na planta da casa brasileira até a metade do século XIX.

Através da exemplificação de algumas plantas de residências já seria possível vislumbrar a variedade de modelos residenciais e suas relações com os principais espaços que resultariam na tripartite burguesa, ou aqueles que costumam ser lidos de maneira genérica. Através da análise gráfica tradicional é possível identificar elementos capazes de auxiliar na definição de novas coordenadas projetivas, e em compreensões a partir das permissões do ir e vir dentro do "lar". O arquiteto Carlos Lemos, em *A República Ensina a Morar (Melhor)* (1999, 98), já realiza um ensaio para a compreensão dos novos modelos de organogramas oriundos do período republicano na cidade de São Paulo. A partir destes modelos de análise, intriga-se também com os modelos na então capital, Rio de Janeiro, principalmente a respeito da influência dos códigos de conduta e dos aspectos sociológicos. Embora o tamanho deste trabalho não permita maiores aprofundamentos, foram selecionados dois exemplares, a nível de comparação, para ilustrar este parágrafo e demonstrar a limitação da análise isolada da arquitetura que desconsidera os aspectos sociológicos.

A Chácara do Chalet (figura 1), localizada em Nova Friburgo/RJ, data do ano de 1860 e foi construída pelo Barão de Nova Friburgo. É uma edificação térrea, com porão alto e de um pavimento, com acessos pelas fachadas lateral e posterior. Em relevância, tem-se os cômodos do salão principal (1), a sala dos homens (2), a sala das damas (12), os quartos (3, 4, 5, 11, 10, 9), o escritório (6), sala de bilhar (8) e pátio (13). Nos dois volumes que avançam de forma independente, é possível identificar na parte superior a sala de jantar e cômodos como cozinha e sala de engomar, e no volume inferior a ala de empregados. Em planta, o chalé demonstra a comunicação entre os quartos, as portas enfileiradas remetem aos *hotels* franceses do século XVII onde os arquitetos alinhavam as portas propositalmente para fornecer uma visada ininterrupta ao longo dos cômodos (Rybczynski 1996, 53). Os corredores se concentram em locais de rota dos que servem, tanto no setor de refeições, quanto na própria ala de moradia dos empregados, não compartilhando o patio central como ponto de circulação. Para análise relacionada à generificação espaço doméstico, tem-se a presença da sala das damas e sala dos homens, porém, é aqui que se encontra a limitação dos enfoques técnico-construtivos e concretização dos planos em geral, é necessária uma transdisciplinaridade para coleta e interpretação de dados ainda nebulosos sobre costumes sociais do Brasil em determinados períodos e locais.

Figura 1: Chácara do Chalet, Nova Friburgo/RJ.. Fonte: Edição da autora referenciada em planta-baixa produzida pela pesquisa "A casa senhorial" e com informações do processo 01500.001591/2012-14 do IPHAN. Disponível em: <www.acasasenhorial.org>. Acesso em 12 de outubro de 2021



O segundo exemplar, a Casa Lea Pentagna (figura 2), conhecida como Casarão do Alto do Barcellos, é datada de 1848, localizada em Valença/RJ. A casa passa por duas grandes reformas, uma no século XIX para adequação de seu interior, e uma no século XX, alterando as feições de sua fachada para adoção do estilo eclético. Em primeira vista, já é possível notar um maior número de circulações entre os cômodos (corredores, 9, 10), e a ausência de diálogo entre os quartos (11, 8, 7), um quarto (4) próximo ao acesso e à biblioteca (3), e uma sala chamada de "intima" (6). O setor de empregados já começa a se mesclar com a área direcionada à execução dos serviços, tendo dois quartos (18 e 20), despensa (17), copa (16), cozinha (19) e um quarto de banho (22).

Figura 2: Casa Lea Pentagna, Valença/RJ. Fonte: Edição da autora referenciada em planta-baixa produzida pela pesquisa "A casa senhorial". Disponível em: <www.acasasenhorial.org>, Acesso em 12 de outubro de 2021



Com essa breve demonstração, é possível identificar em comum a segregação espacial daqueles responsáveis pelo serviço. Indicando uma exclusão ligada constantemente à hierarquia de classe e raça oriundas da colonial-modernidade (Segato 2021). Outro elemento importante é a observação das habitações geograficamente distantes dos centros. O exemplo 2, localizado em lote imediato à rua, possui uma distinção no acesso que, no exemplar 1, ainda é interceptado por uma varanda (0). As varandas são compreendidas como o espaço de transição para a esfera do "senhor do lar" e, em momento algum, a historiografia arquitetônica registra se há diferenciação da tipologia avarandada em propriedades rurais administradas por senhoras.

Por fim, pode-se observar que a inserção das circulações não assume relação direta com a cronologia temporal, se relacionando mais à tipologia escolhida pelos envolvidos no projeto. Questiona-se, no entanto, quais os critérios de reclusão a serem considerados? Quais modificações foram de fato feitas em prol da privacidade ou reclusão de determinado gênero? Quais foram feitas pela salubridade dos cômodos? Quais os níveis de permissão e vigilância? Como é possível representar ou alinhar a distinção entre os exemplares rurais e urbanos? Como justificar a herança da comunicação entre os cômodos frente a privacidade burguesa tão elogiada?

### **Considerações finais**

A seleção parcial de referências que se mantêm na reprodução de costumes que não se buscam problematizar, ocasionam uma repetição impensada de projetos que não aprendem com sua história. Embora careça de investigações a partir de um maior recorte específico dos bens tombados, reitera-se o patrimônio e a linguagem gráfica como auxiliaries em ressaltar determinada problemática e analisar os projetos, afinal, a análise gráfica “[...] não é um instrumento neutro no cotidiano do arquiteto. Constitui-se, sim, uma forma de expressão que interage no processo projetivo com conteúdos cognitivos, comunicativos, simbólicos e culturais bem mais decisivos que o simples registro de imagens gráficas” (Schunck 1999, 51). Fornecedora de uma leitura do espaço como local essencial para comunicação da linguagem arquitetônica, é através desta análise que se apreende o espaço observado, acompanhando o processo projetado e sua utilização social.

Ressaltar em processos de tombamento a divisão sexual e étnica do trabalho, muitas vezes identificada pela história do período, ou mesmo pelos relatos dos proprietários, auxiliaria a compreender um desenho das trajetórias numa sociedade generificada e racista, não apenas dos indivíduos, mas também dos costumes.

Essa leitura seria um importante complemento, e discussão inicial, para se compreender que a família nuclear generificada, “centrada na unidade conjugal”, reforça e é reforçada por uma estrutura de lar que não permite a descentralização da imagem do homem como seu senhor. E esta configuração espacial só poderá ser desmembrada se o existente for analisado em suas diversas coordenadas e se as novas projeções forem realizadas com fundamentações de origens não produzidas por HEBM, termo utilizado por Oyěwùmí para definir “homens, europeus, brancos, mortos”.

Por fim, além da análise crítica da espacialidade partindo de referências feministas e decoloniais, recomenda-se uma abordagem que não enxergue na inclusão quantitativa uma solução, e que

não se prenda a modelos de falsas universalidades e deixe as normativas para processos burocráticos, como é o caso do processo de tombamento. Além da compreensão de que a espacialidade não é um fator cronológico, mas está diretamente ligada aos costumes dos proprietários, à influência do projetista, à situação financeira dos envolvidos e à localização em relação ao centro urbano mais próximo.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referencias

- Antunes, Lia Pereira Saraiva Gil. "Questões de Gênero em Arquitetura: História(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetônicas." *ex aequo*, 2016: 67-81.
- Araújo, Anete Regis Castro de. "Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1960-1949." *Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2004.
- Araújo, Anete Regis Castro de. "Estudos de gênero em arquitetura: novo referencial teórico para reflexão crítica sobre o espaço residencial." *Cadernos PPGA-AU/UFBA* 5 (2006): 11-22.
- Barreto, Frederico Flósculo Pinheiro. *Metodologias da projeção arquitetônica: evidências gráficas*. Brasília: Editora UnB, 2013.
- Barreto, Frederico Flósculo Pinheiro. "Projeto arquitetônico de Funções Complexas." Em *Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo*, por Luiz Alberto de Campos Gouvêa, 61-100. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "Patrimônio Cultural e Natural." c.2013. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20%C3%A9%20com-posto,e%20a%20riqueza%20das%20culturas> (acesso em 05 de outubro de 2021).
- Kerr, Robert. *The English Gentleman's House*. Londres, 1864.
- Lemos, Carlos. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Lerner, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- Lorde, Audre. "As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande." Em *Irmã Outsider*, por Audre Lorde, 137-142. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- Lukacs, John. "The Bourgeois Interior: Why the Most Maligned Characteristic of the Modern Age May yet Be Seen as Its Most Precious Asset." *The American Scholar*, 1970: 616-630.
- Oyèwùmí, Oyèrónk. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- Rybczynski, Witold. *CASA: pequena história de uma ideia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- Santos, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre o modernismo e o barroco*. Brasília: Editora UnB, 2018.
- Schunck, Dulcinéia. "A construção gráfica do espaço como método de ensino de Desenho e Plástica 2." Em *Contribuição ao ensino de arquitetura e urbanismo*, por Luiz Alberto de Campos Gouvêa, 51-60. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- Segato, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: uma antologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.